

UMA ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DA ORDEM DOS ELEMENTOS NA FRASE PORTUGUESA¹

Rogério CHOCIAY²

- RESUMO: Neste artigo examinam-se alguns aspectos da ordem dos elementos na frase portuguesa e sugere-se uma estratégia para a abordagem da questão no ensino de Língua Portuguesa.
- UNITERMOS: Língua Portuguesa; sintaxe de colocação; estilística sintática; ordem direta; ordem inversa; ordenação; reordenação.

Nem sempre considerado em sua devida importância, o problema da ordem dos elementos na frase portuguesa (e aqui tomamos "frase" em seu sentido mais amplo) constitui, por sua complexidade, assunto dos mais atraentes, quer para a pesquisa, quer para o ensino de língua, ou, mais particularmente, de redação. O trabalho que se vai ler, neste sentido, é produto da experiência de docente desenvolvida ao longo de muitas abordagens do assunto em sala de aula e das inevitáveis reflexões que a própria natureza da questão provoca. Vale ressaltar, ainda, neste início, que não estou tentando firmar teoria nem defender doutrina, mas simplesmente buscando sistematizar experiências de aula e reflexões paralelas. O fato de não ser exclusivamente professor de Português, mas de transitar, tanto em termos de aula como de pesquisa, entre disciplinas como Teoria da Literatura, Literatura Brasileira, Lexicologia, Estilística e Língua Portuguesa me permite certa flexibilidade de ponto de vista e relativo conforto na abordagem deste e de outros temas, o que, em termos de ensino, tem sido bastante útil e produtor.

Em minhas aulas de Estilística e de Redação costumo apresentar, como motivação inicial para o estudo da *ordem dos elementos na frase*, exemplos como o seguinte:

-
1. Este artigo é um dos resultados de pesquisa vinculada ao Grupo Acadêmico Intradepartamental "Estilística da Língua Portuguesa".
 2. Bolsista do CNPq (Proc. 301768/88-9) – Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15055 – São José do Rio Preto – SP.

Quando a lua põe uma alma noturna no aposento, teu pensamento, doido por mim, entra pela janela aberta e forma, pouco a pouco, a tua imagem.

Tal como está configurado, este trecho poderia integrar uma carta, um diário pessoal, um poema em prosa, ou até mesmo uma redação escolar. Não pertence, todavia, a nenhum desses gêneros de texto, pois constitui a primeira quadra do soneto "Esquecimento", de Guilherme de Almeida (1968, p. 96). A menção a esse fato, depois de dado e comentado o texto, causa sempre estranheza à classe, nunca faltando quem, com base no pressuposto de que o soneto é um texto em versos, duvide da afirmação do professor. Ao receberem, porém, a informação de que o professor traiu o original, transformando o poema (no caso, a quadra) em prosa, os alunos podem, com algum esforço, restituir o texto a sua forma original de quadra de versos decassílabos de esquema rímico ABBA:

Pela janela aberta, quando a lua
põe uma alma noturna no aposento,
entra, doido por mim, teu pensamento
e, pouco a pouco, forma a imagem tua.

Com esse jogo didático, tenho a intenção de demonstrar em classe a grande importância prática da ordem dos elementos na frase portuguesa, partindo do que se chama, no jargão da análise literária, "prosificar" a estrofe. De que modo? Anulando a regra de periodicidade a que o discurso é submetido quando "versificado"; e buscando, para os elementos que integram a frase versificada, uma disposição mais próxima dos padrões do discurso corrente. Remontando à forma poemática, o aluno pode constatar que discurso corrente e discurso versificado são realizações da mesma língua, com a diferença de que o versificado tem uma regra a mais, que obriga os grupos melódicos e as frases a fluir por alinhamentos de mesmo número de sílabas, de disposição simétrica dos acentos e de reiteração dos segmentos terminais de cada alinhamento. Para realizar essa regra de periodicidade da poesia versificada tradicional, o poeta lança mão das opções de colocação de vocábulos, sintagmas, orações e períodos que a língua, dentro de certos limites, permite. Chega mesmo, às vezes, a ultrapassar tais limites, criando textos de difícil, se não impossível, entendimento, com o procedimento que os retóricos denominam *sínquise*, que Lausberg (1972, p. 206) define como "caos da seqüência vocabular na frase".

Herdeira do Latim, a Língua Portuguesa não desmerece a origem no tocante à ordem. A língua-mãe, evidentemente, como língua sintética, tem uma liberdade de disposição dos elementos na frase muitíssimo superior. Muller (1973, p. 40), para ilustrar, sob o ponto de vista estatístico, essa liberdade, menciona o fato de que uma frase latina como *Puer, abige muscas istas*, constituída por quatro elementos intercambiáveis, pode ser escrita em 24 ordens diferentes. Focalizando o mesmo fato sob outra ótica, Coseriu (1969, p. 84) lembra que a frase latina *Petrus Paulum amat* pode ser escrita em seis ordens: *Petrus Paulum amat*, *Paulum Petrus amat*, *Petrus amat*

Paulum, Paulum amat Petrus, Amat Paulum Petrus, Amat Petrus Paulum. Salienta, no entanto, o estudioso, sob o ponto de vista da configuração da língua como sistema-norma-fala, que essa liberdade não pode ser tomada em termos absolutos, pois, no domínio da norma, uma das ordens recebe a preferência, tornando-se a mais freqüente, usual, "normal". Deste modo, se em latim o sistema permitia todas as seis possibilidades de reagrupamento supramencionadas, apenas a primeira (*Petrus Paulum amat*) era "la construcción normal, mientras que las demás, o no eran normales, o tendrían particulares valores estilísticos". E conclui: "El orden de las palabras en la frase latina era mucho menos arbitrario y facultativo de lo que dicen nuestros manuales" (Coseriu, 1969, p. 84).

Não tendo herdado a flexão casual, o Português herdou, no entanto, em índice mais que razoável (e, sob alguns aspectos, com vantagem), a flexibilidade de disposição dos elementos de suas frases. Como demonstra Muller (1973, p. 40-1), as diferentes disposições dos componentes de uma frase se enquadram no princípio segundo o qual o número de permutações de n elementos é o produto dos números inteiros de 1 a n . A frase portuguesa *Paulo está doente* apresenta, deste modo, seis possibilidades de agrupamento: *Paulo está doente, Paulo doente está, Está Paulo doente, Está doente Paulo, Doente Paulo está, Doente está Paulo*. A variante *Paulo está doente* é, de fato, a mais freqüente e "normal", apresentando-se as outras como eventuais "alternativas" de emprego. O mesmo se pode dizer da frase *O menino caiu da escada*, que, como lembra Biderman (1978, p. 20), tem como elementos intercambiáveis "o menino", "caiu" e "da escada", que permitem seis agrupamentos, embora apenas um represente a "seqüência 'normal', usual".

Schwab (1975, p. 113), buscando demonstrar a variedade da ordem no Português, afirma que a frase-provérbio *A pressa é inimiga da perfeição* apresenta quinze possibilidades de agrupamento dos quatro blocos que a constituem: "a pressa", "é", "inimiga" e "da perfeição". O estudioso teria ficado bem mais empolgado se tivesse conhecimento da fórmula veiculada por Muller para permutações de elementos. Aplicando-a, descobrimos que, tendo quatro elementos permutáveis, o provérbio pode ser enunciado em 24 ordens, muito embora apenas a primeira seja sua forma tradicional:

A pressa é inimiga da perfeição
A pressa é da perfeição inimiga
A pressa inimiga é da perfeição
A pressa inimiga da perfeição é
A pressa da perfeição é inimiga
A pressa da perfeição inimiga é

etc. etc. (há seis variantes iniciadas por cada um dos quatro blocos).

A apresentação dessa frase-provérbio em classes de Português (por exemplo, em turmas de segundo grau, ou mesmo em cursos de Letras) permite observar, numa primeira avaliação, que a questão da ordem no discurso é praticamente novidade para

os alunos. O ensino de primeiro e segundo graus, de fato, somente aborda a ordem tardia e equivocadamente, sob ponto de vista retórico-estilístico, no estudo das chamadas "figuras" de linguagem. Apenas em tal oportunidade os alunos são chamados a observar que as frases ou as seqüências de frases admitem diferentes arranjos segundo diferentes intenções do usuário. Tal abordagem, todavia, privilegia o caráter de procedimento literário. Estudam-se as chamadas "figuras de construção" com que os escritores obtêm efeitos das "inversões" de ordem de sintagmas e frases, e definem-se o *hipérbato*, a *anástrofe* e a *sínquise*, que em breve estarão completamente apagadas das memórias dos educandos, justamente em virtude de o ensino não ter sido lastreado em conhecimento de base e em estratégia que vise ao aprimoramento do desempenho lingüístico do próprio educando.

Note-se, a este respeito, que o trabalho com a frase *A pressa é inimiga da perfeição*, ou qualquer outra semelhante, permite ao professor chamar a atenção dos alunos para vários objetivos, o principal dos quais é o da grande flexibilidade de disposições dos elementos que as frases da língua apresentam. Outro, de natureza interdisciplinar, diz respeito ao relacionamento entre o ensino de Português e o de Matemática. Se pedirmos aos alunos que verifiquem quantas reordenações do provérbio mencionado são possíveis, estes passarão a proceder aleatoriamente; alguns, menos obstinados, se perderão no meio do caminho. Neste ponto, a interdisciplinaridade ganha excelente motivação, pois não é difícil, retomando conhecimentos de análise combinatória (o mencionado livro de Muller, a este respeito, fornece informações excelentes), demonstrar que estamos diante de um simples caso de *permutação* que, neste nível, nem precisa ser resolvido a partir de fórmula complicada, mas simplesmente com a constatação de que "o número de permutações de n elementos é o produto dos números inteiros de 1 a n " (Muller, 1973, p. 41).

É, todavia, no próprio ensino de língua e de redação que a estratégia mencionada surte maior efeito: as numerosas possibilidades de reordenação de qualquer frase portuguesa que se tome para exemplo nos permitem ilustrar, além da grande flexibilidade da ordem no idioma: a) as possibilidades de emprego expressivo, enfático, da ordem; b) o recurso da *antecipação*, resultante de uma "estratégia" de enunciação; c) o papel da entoação (no discurso oral) e do contexto (no discurso escrito) para a decodificação de inúmeras manobras que o usuário pode fazer com a ordem dos elementos na frase ou, mesmo, das frases entre si na seqüência do texto; d) a relação especial entre frase e texto, cujo conhecimento e domínio prático é importantíssimo, particularmente para a habilidade de redigir.

Neste sentido, pode-se demonstrar que, em dada circunstância, uma das n reordenações de certa frase será necessária e suficiente para fechar determinada passagem. Assim, se um poeta, por exemplo, está escrevendo um poema em que pretenda mobilizar o provérbio dado, poderá chegar a um verso decassílabo "heróico" como

Ó meu caro rapaz, não caia nessa!

que só se fechará, num esquema de dísticos de rimas emparelhadas, com a única reordenação do provérbio que apresenta o mesmo número de sílabas e esquema acentual pertinente (no caso, o esquema "sáfico" 4-8-10, que é compatível ritmicamente com o esquema 3-6-8-10 do primeiro verso):

Ó meu caro rapaz, não caia nessa,
da perfeição é inimiga a pressa!

Não apenas, porém, na poesia. Uma frase de artigo jornalístico, como *O novo prefeito se diz amigo da pressa, mas esquece que (...)*, pode ser fechada pelo provérbio mencionado, em sua ordem trivial,

O novo prefeito se diz amigo da pressa, mas esquece que a pressa é inimiga da perfeição.

ou em diferentes disposições, de acordo com a intenção do escritor de valorizar este ou aquele termo, como por exemplo "inimiga", em contraste com "amigo":

O novo prefeito se diz amigo da pressa, mas esquece que a pressa inimiga é da perfeição.

Nesta ordem de idéias, em simulações da situação real de produção do discurso, não é difícil obter contextos em que cada uma das diferentes reordenações do provérbio mencionado (como de qualquer frase que se tome para exemplo) seja o complemento mais oportuno e conveniente.

As frases de nossa língua não se limitam, todavia, aos conjuntos de quatro blocos. O filólogo Cândido Jucá (Filho), no livro *O fator psicológico na evolução sintática*, focalizando a questão da ordem, afirma que a frase

Nós não podemos obter este livro em Londres.

pode assumir "um sem-conto de construções" (1953, p. 178). Noutro livro, retomando o mesmo exemplo para questionar os conceitos de ordem "direta" e "inversa" do anteprojeto da Nomenclatura Gramatical Brasileira, declara que a frase mencionada "pode dispor-se em mais de trinta ordens diferentes" (1958, p. 109). Na verdade, Jucá, a exemplo de Schwab, não parece ter confiado plenamente nas possibilidades da língua, mesmo tendo estipulado no referido trabalho o princípio segundo o qual "desde que se não firam as leis naturais da ordem ibérica, e desde que se não prejudique o sentido da frase, a construção é livre" (1953, p. 178). Se observarmos que, no conjunto da frase dada, são intercambiáveis os blocos "nós", "não podemos", "obter", "este livro", "em Londres", verificaremos que o número de permutações (no caso, o produto dos números inteiros de 1 a 5) é de 120. O fato de Jucá ter falado em apenas "mais de trinta" poderia significar que considerava as demais reordenações "fora das leis naturais da ordem ibérica" ou prejudiciais ao "sentido da frase". Basta, no entanto, uma leitura (depois de paciente reescritura) das 120 variantes para perceber que

somente um número relativamente baixo destas força os limites do relacionamento sintático e da compreensão, como por exemplo

Não podemos obter este livro em Londres nós.
Não podemos obter em Londres este livro nós.
Obter não podemos este livro nós em Londres.
Obter não podemos em Londres este livro nós.
Este livro não podemos em Londres nós obter.
Este livro não podemos obter em Londres nós.
Em Londres não podemos este livro obter nós.
Em Londres obter nós este livro não podemos.

O exame desses casos-limite revela, entre outros aspectos, que o exemplar mencionado por Jucá, pelo menos para o que este pretendia demonstrar, foi um tanto infeliz, por apresentar o pronome sujeito explícito *nós*, redundante, na referência ao agente, com a desinência do auxiliar "podemos". Assim, nas reordenações da frase dada, enquanto o termo *nós* fica nas proximidades do auxiliar, e enquanto auxiliar e principal mantêm a proximidade e a seqüência, nada atrapalha os liames sintáticos nem prejudica a compreensão da frase como um todo; mas, quanto mais se afastam o pronome e o auxiliar, particularmente em posições inversas, tanto mais os liames entre ambos se enfraquecem, disso resultando dificuldades para a identificação do papel que o pronome exerce na frase. Evidencia-se, em face de tais problemas, que as observações do estudioso teriam sido mais eficazes se tivesse trabalhado, por exemplo, com uma frase como *Às vezes os patrões dão uma migalha a Pedro*, cujas 120 ordenações são aceitáveis.

O próprio Jucá percebeu o caráter problemático do exemplo que forjou, ao afirmar que, além das reordenações que exemplificou (na verdade, apenas 20), "muitas outras poderão construir-se com a omissão do pronome nós" (1958, p. 179). Ora, a omissão do pronome, além de anular a redundância, confere outra dimensão estatística à frase, já que, reduzindo-a a quatro elementos ou blocos intercambiáveis, limita-a a 24 disposições possíveis. Mantido o pronome, a frase apresenta 90 reordenações aceitáveis, sem maiores problemas além da "estranheza" natural de disposições pouco comuns. As demais reordenações esbarram nos limites de relacionamento sintático entre alguns elementos e, com isso, atingem o grau de obscuridade a que os antigos gramáticos e retóricos denominavam *sínquise*, entendida como "transposição violenta" (Jota, 1976, p. 165).

Esta crítica ao exemplo e ao ponto de vista de Jucá revela que os estudiosos mais antigos tiveram boas intuições a respeito da questão, mas nem sempre puderam desenvolvê-las ou operacionalizá-las em termos de uma estratégia de pesquisa e de ensino. A este respeito, um útil estudo crítico dos pareceres dos gramáticos sobre a ordem, feito por Moura Neves (1990, p. 185-311), revela, por um lado, a obstinação com que perseguiram eles a solução do problema e, por outro, a perspectiva reducionista de suas posturas. O caráter freqüentemente dogmático com que focalizavam a ordem – muitas vezes reduzida à dicotomia "direta" e "inversa" – impediu-os

de avaliar toda a variedade que o Português apresenta e, mais que isso, comprovar a legitimidade da mobilização da ordem como um importante elemento de eficácia do discurso. A noção de "ordem direta" desemboca freqüentemente na falsa inferência de que só há uma ordem "preferencial", estipulada pelo sistema, e de que todas as demais constituem transgressões contemporizáveis, que se justificam quando ancoradas em intenções expressivas. Nada mais falso. O sistema, como bem explicou Coseriu, não se caracteriza pelo que restringe, mas pelo que faculta:

El sistema es sistema de posibilidades, de coordenadas que indican caminos abiertos y caminos cerrados: puede considerarse como conjunto de "imposiciones", pero también, y quizá mejor, como conjunto de libertades, puesto que admite infinitas realizaciones y sólo exige que no se afecten las condiciones funcionales del instrumento lingüístico: más bien que "imperativa", su índole es consultiva. (1969, p. 98)

As 24 possibilidades de ordenação de *A pressa é inimiga da perfeição* e as 120 de *Às vezes os patrões dão uma migalha a Pedro* são 24 a 120 possibilidades inerentes ao sistema da Língua Portuguesa. Neste sentido, não é o sistema que estipula uma ordem preferencial para boa parte dos elementos de cada oração ou de cada frase, mas a norma; e esta se impõe ao usuário como freqüência de uso. No exemplo que Biderman (1978, p. 20) comenta, parecem mais familiares, dada a maior freqüência, as variantes

O menino caiu da escada
Caiu o menino da escada
Caiu da escada o menino

e, menos familiares, por menos freqüentes,

O menino da escada caiu
Da escada o menino caiu
Da escada caiu o menino

o que não torna nenhuma destas três ilegítimas. De fato, em muitas frases certas disposições de elementos nos parecem "estranhas", embora não sejam "agramaticais". Sabemos perfeitamente que, em dada circunstância e contexto, esta ou aquela seqüência se justificam plenamente, assumindo ares usuais e comuns em razão da pertinência com que se inserem no contexto.

O fator que realmente restringe em parte a liberdade de ordenação (ou de reordenação, se tomamos como referência determinada ordem) não é, pois, uma pretensa prescrição do sistema, nem a baixa freqüência, nem tampouco a própria norma, mas simplesmente o grau de compreensão, vale dizer, o significado global da frase. Na medida em que dada ordenação traga maior ou menor prejuízo para a compreensão da frase (e compreensão aqui implica a eficácia dentro da situação e dentro do contexto), sofre maior ou menor restrição de uso da parte do emissor e maior

ou menor sanção da parte do receptor. O limite das ordenações, é, pois, na prática do discurso, o limite da compreensibilidade. Em arranjos como

O menino da escada caiu
A pressa da perfeição é inimiga

aparece o risco da ambigüidade, pelas possíveis interpretações de “o menino da escada” e “a pressa da perfeição” como sintagmas nominais. Ou também, noutros casos, se provoca grande dificuldade de concatenação e compreensão da frase, pelo quase apagamento, em virtude da distância dos elementos, de alguns liames sintáticos:

Não podemos obter em Londres este livro nós
Obter não podemos em Londres este livro nós
Obter não podemos este livro em Londres nós.

Em função dos argumentos apresentados neste trabalho, creio que são justamente estes dois pontos os mais importantes a abordar no ensino da ordem: o da variedade de disposições e o da liberdade que o usuário dispõe de mobilizá-las. Isto não significa, em termos didáticos, puro jogo, mera manipulação estatística de índices e frequências. Ao contrário, o valor da estratégia aqui sugerida não é o de provar que o Português é uma língua com grande liberdade de ordenação dos elementos na frase, mas simplesmente demonstrar que cada ordem nova a que são submetidos os elementos de uma frase inaugura uma nova dimensão textual. Aí está o verdadeiro valor do estudo da ordem e a justificativa da abordagem desta matéria, particularmente no ensino de redação. Sob a ótica do sistema, a questão da ordem na frase portuguesa é relativamente simples: poucas são as posições absolutas e irreversíveis (o sistema se confirma como um “sistema de possibilidades”); sob a ótica da norma, a questão se transforma em frequência de uso padronizado socialmente; é no domínio do discurso, todavia, e particularmente no de alguns tipos de discurso, que a ordem se torna instrumento de variedade e eficácia comunicativa. Não se trata, portanto, nem da atitude reducionista de fixar uma ordem “direta” preferível a uma ordem inversa porque “sacralizada” pelo sistema, nem tampouco da postura pseudo-estilística de afirmar que os desvios da ordem “direta” ou “normal” constituem apenas expedientes de ênfase ou de “expressividade”. Ao contrário: as diferentes possibilidades de reordenação dos elementos de um sintagma ou de uma oração ou de todo um período são dados de que deve dispor o usuário para manobrar no espaço maior do texto em busca da eficácia comunicativa que, nesse espaço, nem sempre será obtida com a mobilização da ordem aceita como “normal”.

Uma boa capacidade de expressão (oral ou escrita), neste caso, é, entre outros aspectos, uma boa capacidade de “mexer”, de saber “jogar” com a ordem tanto dos elementos das frases como das seqüências destas no texto. Um usuário que tenha tal domínio percebe que

Não podemos nós obter este livro em Londres

pode ser simplesmente emitida como variante plana de

Nós não podemos obter este livro em Londres

mas pode, por outro lado, ser emitida como variante textual, em que o deslocamento de *nós* para posição posterior ao auxiliar (marcado, obviamente, pela entoação, no discurso oral, e sinalizado pelo contexto, no discurso escrito) cria uma abertura, fazendo com que imbrique noutra, explícita ou implícita, como por exemplo

Não podemos nós obter este livro em Londres {mas eles podem}

Exemplos melhores do que este, forjado, podem ser encontrados à saciedade em qualquer gênero de texto. No *Itinerário de Pasárgada*, testamento poético de Manuel Bandeira, encontramos uma transição entre dois parágrafos que demonstra muito bem como uma determinada ordem frasal pode ser requerida pelo texto para a eficácia da mensagem. Observe-se como se relacionam o período final de um parágrafo e o período inicial do parágrafo seguinte (1958, p. 19):

[...] Creio que Carlos França nada nos ensinou: aprendemos apenas o que estava no livrinho adotado em classe, o Pauthier.

Mais nos ensinou de Literatura, a mim e mais dois ou três colegas que o cercávamos depois das aulas de sua cadeira, que era a História Universal e do Brasil, o velho João Ribeiro (ainda não o era àquele tempo).

Se tomássemos o segundo período isoladamente, observaríamos, pelos critérios tradicionais, que todo ele, a começar pela palavra "mais", é construído em ordem inversa (o sujeito de "ensinou", que é "o velho João Ribeiro", aparece no fim do período). Afirmar isso, no entanto, é descrever apenas parte (e a menos importante) do processo: essa disposição não é aleatória, mas responde à manobra operada no período anterior, particularmente em "nada nos ensinou", a que responde o "mais nos ensinou" do segundo período. Se tentarmos, aliás, reordenar os elementos deste segundo período em sucessivas simulações de reescritura do texto de Bandeira, veremos que o escritor escolheu a seqüência mais eficaz, no caso, para ressaltar o contraste de qualidade dos dois docentes mencionados. O escritor não usou, neste sentido, nenhuma ordem "inversa", mas atualizou uma seqüência de elementos pertinente ao texto e ao contexto, no que foi, de fato, bastante feliz (poderia ter feito uma escolha menos adequada, como ocorre algumas vezes mesmo a bons escritores). Vale observar, de passagem, que os dois parágrafos comentados realizam, nas referências aos nomes e às ações dos dois professores, a figura retórica do *quiasma*.

Creio serem suficientes as reflexões, exemplos e comentários feitos ao longo deste artigo para esclarecer o *modus operandi* sugerido para o ensino da ordem, que não é dado, repita-se, como solução salvadora, panacéia, mas como exemplo de uma postura didática que, por ter dado bons resultados, pode ser desenvolvida e melhorada por olhos críticos. A essência do que proponho não está nos meios, mas na atitude:

julgo que se deve superar o velho costume de estudar a questão da ordem somente na frase isolada, fora do seu relacionamento com outras no texto oral ou escrito. Situando-se a questão também no universo das relações textuais, supera-se o reducionismo das classificações solitárias e se percebe que as *n* ordenações de uma frase se prestam a *n* arranjos solicitados pelas manobras feitas nos textos.

Observe-se, finalmente, não haver neste caso atitude iconoclasta, pois a estratégia sugerida não implica abandono dos estudos de toda espécie sobre a ordem, inclusive os pareceres dos mais humildes gramáticos. Nas obstinadas tentativas de explicar o fenômeno da ordem, os gramáticos produziram (e as menções a Jucá e Schwab neste artigo são prova disso) um verdadeiro tesouro de informações, exemplos, conhecimentos e intuições que vale a pena utilizar, particularmente como instrumento didático.

CHOCIAY, R. A strategy for the teaching of the order of the elements in the portuguese phrase. *Alfa*, São Paulo, v. 37, p. 13-22, 1993.

- **ABSTRACT:** *This is an analysis of some aspects of the order of the elements in the portuguese phrase with the suggestion of a strategy for tackling the question in the teaching of Portuguese Language.*
- **KEYWORDS:** *Portuguese Language; syntax; syntactical stylistics; direct order; reverse order; ordination; reordination.*

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, G. *Os sonetos de Guilherme de Almeida*. São Paulo: Martins, 1968.
- BANDEIRA, M. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958. v. 2.
- BIDERMAN, M. T. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- COSERIU, E. *Teoria del lenguaje y lingüística general*. 2. ed. Madri: Gredos, 1969.
- JOTA, Z. S. *Dicionário de lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- JUCÁ FILHO, C. *O fator psicológico na evolução sintática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- _____. 132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação da NGB. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.
- LAUSBERG, H. *Elementos de retórica literária*. Trad. de R. M. Rosado Fernandes. 2. ed. Lisboa: Gulbenkian, 1972.
- MOURA NEVES, M. H. A questão da ordem na gramática tradicional. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. v. 1, p. 185-311.
- MULLER, C. *Estatística lingüística*. Trad. de António Quilis. Madri: Gredos, 1973.
- SCHWAB, A. *Novas louçanias de linguagem*. Juiz de Fora: Endeva, 1975.